

Orçamento de 86 já prevê déficit de Cr\$ 160 trilhões

JORNAL DO BRASIL

25 AGO 1985

Brasília — O orçamento da união para 86, que será apresentado ao Congresso, no máximo até sexta-feira, estima despesas totais de Cr\$ 590 trilhões. O déficit de receitas é de Cr\$ 160 trilhões, que terão que ser financiados através da emissão de títulos públicos, se o Governo não quiser lançar mão de reservas, ou de novas operações de crédito externas.

As informações são do secretário-geral do Ministério do Planejamento, Andrea Calabi, segundo o qual parte significativa dos títulos a serem emitidos — Cr\$ 110 trilhões — será utilizada no pagamento de encargos da dívida pública, ou seja, os papéis servem para pagar o custo de ORTN e LTN já em circulação no mercado.

Acréscimos

No primeiro anúncio que o ministro João Sayad fez do orçamento, no dia 8 de agosto — quando o encaminhou ao Presidente Sarney — os gastos calculados sobre uma inflação média de 160% eram estimados em Cr\$ 530 trilhões. Do total, Cr\$ 330 referiam-se ao orçamento fiscal efetivamente e Cr\$ 200 trilhões à parte monetária que lhe foi agregada, relativa às contas de comercialização de produtos agrícolas, trigo e açúcar e álcool.

A previsão de gastos monetários não foi alterada desde então. Modificações surgiram nas receitas monetárias, que inicialmente eram de Cr\$ 30 trilhões e agora são estimadas em Cr\$ 40 trilhões. “São recursos resultantes da comercialização de produtos agrícolas, que entram no Tesouro através de operações do Banco do Brasil e do Banco Central”, explica Calabi.

Quanto ao orçamento fiscal, propriamente, uma semana depois do anúncio feito pelo ministro Sayad, suas receitas e despesas já se tinham elevado em Cr\$ 20 trilhões, passam do de Cr\$ 330 trilhões para Cr\$ 350 trilhões. E no fechamento das contas, chegou-se aos Cr\$ 390 trilhões.

— Identificamos Cr\$ 360 trilhões de receita fiscal do Tesouro e mais Cr\$ 30 trilhões de arrecadação própria das autarquias, que vem, por exemplo, da cobrança da Taxa Rodoviária Única — TRU —, de pedágios, contribuições sindicais etc. — diz Andrea Calabi.

Gastos em subsídios

Dentro dos Cr\$ 200 trilhões de despesas do orçamento monetário, o Governo prevê, além dos Cr\$ 110 trilhões da rolagem da dívida, mais Cr\$ 30 trilhões de gastos sem retorno. “São os custos da política de equalização de preços do açúcar e do álcool (em



relação aos preços externos), são encargos da dívida externa em mãos do Banco Central e recursos para o Programa de Crédito Rural no Norte e Nordeste.

Restam Cr\$ 60 trilhões destinados à aquisição de trigo, café e estoques reguladores, que retornariam integralmente, não fossem os subsídios. “Em função dos subsídios, a receita é de apenas Cr\$ 40 trilhões”, diz Calabi. É através desses números que se chega aos Cr\$ 160 trilhões de títulos a serem emitidos.

A colocação ou não desses títulos no mercado, é, segundo Calabi, uma discussão posterior. “Só podemos propor o financiamento via títulos. Quando o Banco Central estabelecer a expansão da base para 86, pode-se definir quanto dos títulos emitidos ficará na sua carteira, para a emissão de moeda e quanto vai se destinar a colocação líquida no mercado”, diz.

Das despesas previstas no orçamento fiscal, Cr\$ 122 trilhões se destinam a gastos com pessoal, Cr\$ 90 trilhões às transferências a Estados e municípios, e Cr\$ 33 trilhões a outras transferências vinculadas (do PIN/Proterra, por exemplo). Restam Cr\$ 90 trilhões para custeio, “isto é, para tocar a máquina do Governo e ainda para os programas sociais”, explica Calabi. Segundo ele, os gastos sociais vão duplicar, passando “de 2 bilhões para 4 bilhões de dólares”.

Andrea Calabi afirma que o orçamento avança substancialmente em relação aos anteriores, em transparência e que embora certas contas do Banco Central não estejam explicitadas, para não gerar expectativas que modifiquem plantio e preço dos produtos, ou provocar pressões, na medida em que o Congresso solicitar maiores esclarecimentos, eles serão prestados.

Quanto à receita de transferência das estatais para o Tesouro, elas não aparecem no orçamento, porque a esta altura é impossível avaliá-la segundo Calabi, por enquanto.